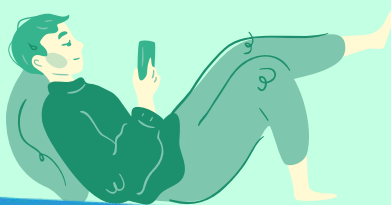


As melhores informações sobre geopolítica e meio ambiente

JORNAL



CTM

Solidário



1ª Edição
Junho/2021

Créditos

Notícias:

Laura Portugal Martins (Notícia 1)
Maria Eloísa Barboza Machado (Notícia 2)
Milena Benfica Alves (Notícia 2)
Alice Sales Brykcy (Notícia 3)
Giovana Une Oyakawa (Notícia 4)
Hellen Bernardes Lima (Notícia 4)
Isabela dos Santos Moro

Dicas:

Beatriz da Silva Dantas
Natália Silva Lopes
Bárbara Iolanda Hubert Gibert

Formatação:

Isabella Paz da Silva
Miriam Alves
Nicolle Rodrigues Ferreira
Juliana Scussel
Pedro Zen Leonardo
Clarissa Lopes
Pedro da Paz

Sumário

- Dois anos de impunidade: derramamento de petróleo e CPI do Óleo seguem sem resolução
-> Páginas 4 - 5
- Meu passado imperialista me condena: os gigantes europeus reconhecem erros históricos
-> Páginas 6 - 7
- "Até que o governo nos escute, temos que ficar nas ruas": protestos na Colômbia seguem intensos
-> Páginas 8 - 9
- "Reconhecemos nosso dever de proteger o planeta para as gerações futuras", o encontro verde do G7
-> Páginas 10 - 11
- Dicas e recomendações
-> Páginas 12 - 15

Dois anos de impunidade: derramamento de petróleo e CPI do Óleo seguem sem resolução

Vazamento de óleo no litoral foi levado à Câmara dos Deputados, mas teve discussões adiadas e por fim encerradas sem que conclusões fossem decididas

O dia 29 de julho de 2019 marca a data do maior derramamento de **petróleo** da história do Oceano Atlântico Sul. Apesar da proporção do evento, a macha não foi notada até 23 de agosto do mesmo ano. Ainda em 2019, em 12 de novembro, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, deu início à Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual ficou conhecida como **CPI do Óleo**, para que fossem atribuídos responsáveis ao desastre. Quase dois anos depois, em 25 de março de 2021, as investigações foram encerradas sem chegarem a um relatório final.

Quando a CPI voltou a atuar, em março de 2021, o **prazo para o fim de suas atividades** estava se esgotando. Assim, o deputado Rodrigo Agostinho (PSB) escreveu um requerimento a favor da prorrogação do prazo por mais 60 dias - justificado pelo fato de que "muitos requerimentos [da CPI] ainda não foram atendidos". O texto foi para análise, sendo discutido no dia 24 do mesmo mês, numa sessão que contou com a presença de 23 parlamentares e foi presidida por Herculano Passos (PSD).

As medidas para a **contenção do óleo** em casos de **derramamentos** como esse precisam ser encarados com seriedade, buscando o fim da impunidade para os responsáveis por crimes ambientais. É justamente esse ponto que Agostinho apontou como justificativa para o REQ1/2021 CPIOLEO.

O atual Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP) colocou a questão levantada pelo deputado em votação somente um dia depois do encerramento do prazo para o requerimento, ou seja, quando ele estava esgotado. Somado a isso, governistas conseguiram **retirar o assunto de pauta**.



Mancha de petróleo na costa brasileira, 2019.



População litorânea passa a limpar praias brasileiras sujas pelo derramamento de petróleo.

A **campanha Mar de Luta** lançou carta de repúdio ao encerramento da CPI no dia 04 de maio. No documento, afirmaram que tal situação “abre brecha para que novos desastres aconteçam, encontrando as **comunidades vulnerabilizadas** e o Estado despreparado para o seu enfrentamento”. Além disso, acusaram que “a CPI do Óleo foi encerrada numa explícita manobra dos/as deputados/as da base governista”.



A CPI do Óleo teve 15 sessões antes de ser interrompida, devido à pandemia de COVID-19. O início da comissão ficou marcado pelas acusações do Presidente da República à Venezuela, utilizando da situação para atacar ONGs, a esquerda política brasileira e Nicolás Maduro.

O Ibama, órgão de fiscalização do Ministério do Meio Ambiente, emitiu a primeira nota oficial a respeito das manchas em 25 de setembro, quando já havia óleo em 108 localidades. A primeira menção do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles foi feita no dia 05 de outubro – e pelas redes sociais. Os onze estados acometidos pela tragédia (do Pará ao Rio de Janeiro) ficaram à deriva, por conta da falta de ação governamental. Cenas da população limpando praias por conta própria se tornaram comuns no período.

O derramamento tomou espaço próximo ao litoral brasileiro. A Marinha Brasileira afirmou que foram recolhidas mais de 900 toneladas de óleo cru. Além disso, o número de animais afetados superou uma centena, e 3000km de costa tiveram seus ecossistemas afetados.



População litorânea se reúne para limpar as praias atingidas pelo derramamento em 2019.



Meu passado imperialista me condena: os gigantes europeus reconhecem erros históricos

Alemanha, França e Inglaterra se desculparam com suas antigas colônias por conta da exploração que impuseram

No dia 27 de maio de 2021, o país germânico **se desculpou pelo genocídio na Namíbia** e ofereceu 1,1 bilhão de euros como indenização, a qual seria **paga durante 30 anos** para ser aplicada em infraestrutura do país africano. Apesar do gesto, o presidente da Associação de Vítimas do Genocídio da Namíbia diz que a oferta é insuficiente. A Alemanha, entre 1904 e 1908, dizimou cerca de 90 mil namíbios, principalmente dos grupos hereros e namas.

Diversos representantes criticaram a atitude, acusando de ser apenas uma manobra de **relações públicas**. Ainda há o receio de que essa negociação governamental seja direcionada a tribos que não sofreram com o extermínio. Além disso, representantes hereros dizem que estão sendo excluídos das negociações.

A tentativa de reconciliação entre essas duas nações vem se alongando por muito tempo. Em 2004, a antiga ministra alemã do desenvolvimento **pediu desculpas** em uma viagem a Namíbia. E em 2019, o governo alemão devolveu os ossos dos membros de tribos exterminados.



Sobreviventes do genocídio alemão.

Já a nação francesa reconheceu seu papel no massacre em Ruanda, que causou a morte de aproximadamente 800.000 pessoas, a maioria membros da etnia tutsi, em apenas 10 dias. Em 27 de maio desse ano, Emmanuel Macron, atual presidente francês, disse que a França “não foi cúmplice”, mas deixou que “por tempo demais que o silêncio prevalecesse”.

O **genocídio** foi orquestrado pelo governo hutu de Juvenal Habyarimana, apoiado no período pelos franceses. Um estudo ruandês de 2017 apontou que a França sabia sobre a matança que aconteceria e nada fez para impedir, inclusive manteve seu suporte a Juvenal.

A população ruandesa defende que a fala **não foi suficiente**, uma vez que Macron não de fato se desculpou em nome do país. Contudo, o líder de Ruanda, Paul Kagame, considerou a atitude francesa como um passo importante para a resolução definitiva do assunto.



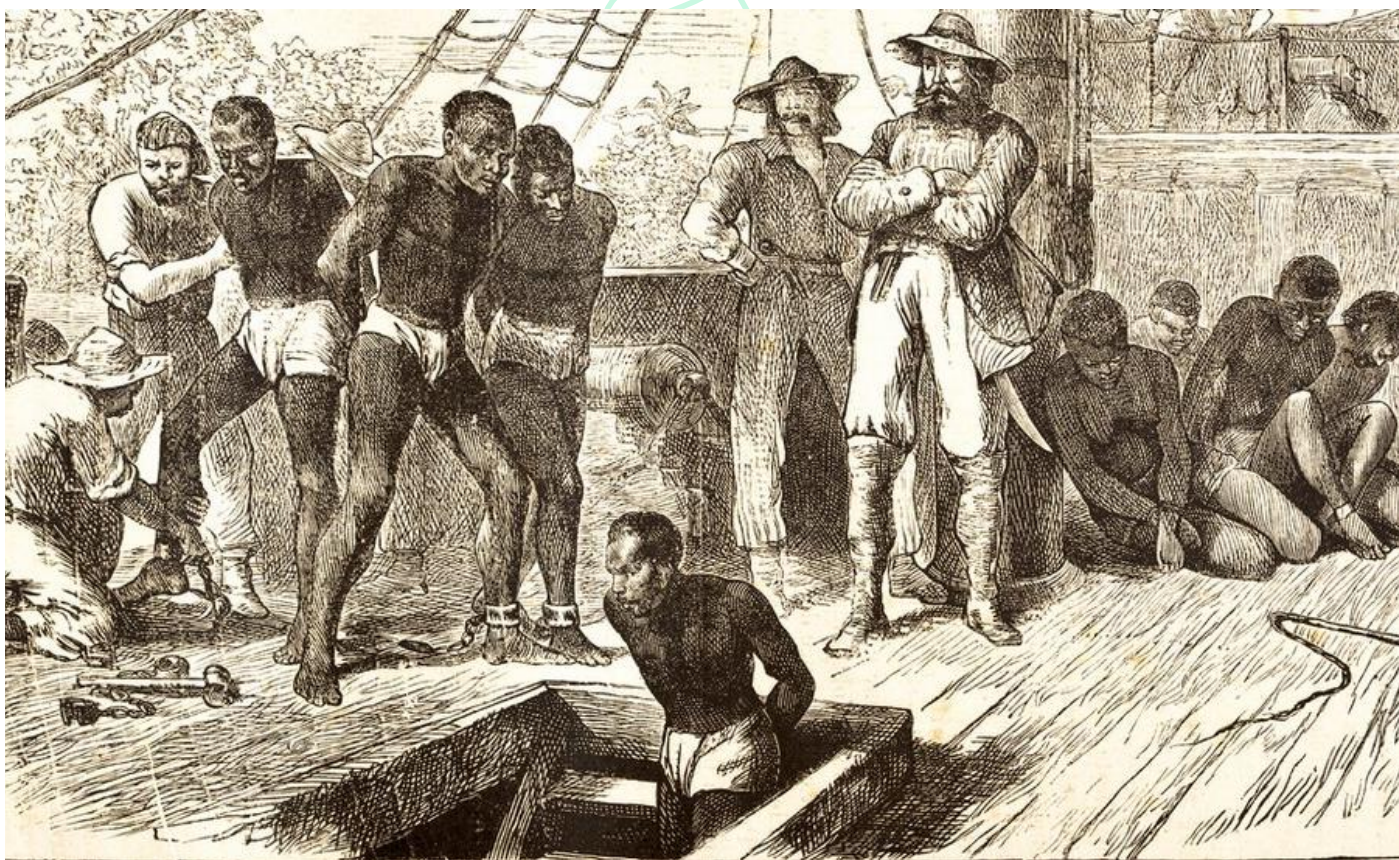
Restos da milhares de vítimas do massacre em Ruanda.

Em junho do ano passado, duas instituições britânicas, o Banco da Inglaterra e a Igreja Anglicana, também se **retrataram e se posicionaram**, pedindo desculpas pelo papel histórico de seus membros na escravidão. "Temos vergonha de que outros membros da Igreja tenham participado ativamente e beneficiado da escravidão" relatou o porta voz da Igreja Anglicana. Um porta voz do Banco da Inglaterra comentou "como instituição, o Banco nunca esteve diretamente envolvido no comércio de escravos, mas está ciente de certos **interesses indesculpáveis**, tomados por ex-governadores e administradores, e pede desculpas", afirmando também que os retratos dos ex-líderes que participaram da atividade escravocrata seriam retirados.

Na era vitoriana, o Império Britânico fez todos pensarem nele como um modelo moral quanto à escravidão, já que foi o primeiro império a aboli-la, e fez pressão para que diversos países, incluindo o Brasil, abolissem a prática também, mas os legisladores tiveram dificuldade para cortar **laços econômicos** com a escravidão em países estrangeiros.



Reunião de membros da Igreja Anglicana.



Representação do tráfico humano, orquestrado pela Inglaterra, que durou mais de 3 séculos.

"Até que o governo nos escute, temos que ficar nas ruas": protestos na Colômbia seguem intensos

País sofre com incêndios, escassez, violência policial e períodos angustiantes.
Consequências não são positivas



Confronto entre policiais e protestantes, Colômbia.

O enfrentamento da **violência na Colômbia** já é de conhecimento geral, porém o caos de um país reconhecido por sua estabilidade econômica e política é inédito. As **manifestações populares** que tiveram início em 28 de abril - há, aproximadamente, um mês e meio – possuíam o objetivo de pressionar o Governo a fim de que o projeto da reforma tributária fosse arquivado e pediam, também, a demissão do ex-ministro das Finanças, Alberto Carrasquilla.

"Até que o governo nos escute, temos que ficar nas ruas", disse Alejandro Franco, de 23 anos. Perto de se formar, ele declarou à Reuters que estava protestando por melhoria na educação e na saúde, entre outros motivos. "Se o povo não tiver paz, o governo também não terá", acrescentou. Para alguns, as manifestações estão colocando mais pressão financeira. "Tenho que fechar minha loja toda vez que há protestos", disse Laudice Ramirez, 62, no sul da cidade. "Vou à falência, mas os jovens não têm outras opções por oportunidades."

Apesar do retorno bem-sucedido, mesmo com a desistência do Presidente da Colômbia, Iván Duque (Partido Centro Democrático) perante a reforma tributária e com a demissão de Carrasquilla, as demandas da população foram ampliadas para incluir renda básica, oportunidades para jovens e fim da violência policial, que têm marcado essa onda de protestos.

Grupos de **direitos humanos** afirmam que ao menos 50 civis foram mortos pelas forças de segurança. As consequências desse processo de repressão podem ser muitas: desde a renúncia do presidente, até a eleição de um candidato que rompa com as até então estáveis instituições democráticas do país.



Jovem com cartas "não à reforma tributária", em protesto na Colômbia

Há cerca de duas semanas, o governo e os **líderes do protesto** disseram que chegaram a um "pré-acordo", mas, em menos de uma semana, o governo informou que não havia assinado o pacto porque alguns líderes do protesto não condenariam bloqueios de estradas. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), acusa o governo de atrasar as negociações. "Precisa haver diálogo entre aqueles que pedem greves, o governo nacional e toda a sociedade. Se não houver **negociações**, a espiral de **violência** continuará e, infelizmente, mais pessoas podem morrer", disse o prefeito Jorge Ospina da cidade de Cali, epicentro dos protestos.

Para quem não acompanha a **geopolítica da Colômbia** nos últimos anos, a compreensão desses eventos pode parecer confusa. Os protestos, na verdade, iniciaram-se pacificamente em 2019, porém, por conta da pandemia, cessaram até o forte retorno atual. Atualmente, o presidente enfrenta desafios de todos os lados: em seu partido, nas ruas, nas Forças Armadas, em questões fiscais e na política. Daqui a um ano, a Colômbia realizará eleições gerais e presidenciais. E todos os desdobramentos deste momento têm uma relevância eleitoral.

A **economia colombiana** é, há décadas, a mais estável da América Latina. No entanto, "a Colômbia tem um problema de arrecadação (fiscal) toda vez que há uma **crise**, porque sua arrecadação em tempos normais é baixa. Mas eles sempre puderam resolver isso com **reformas tributárias** emergenciais e com impostos temporários que conseguiram nos tirar do problema", afirma reitora de Ciência Política da Universidad del Rosario, Mónica Pachón. "A diferença agora é que uma reforma nunca gerou tamanha oposição, mesmo sem chegar ao Congresso, e sua retirada nos deixou em uma situação incômoda". Os economistas acreditam que se chegará a uma solução que provavelmente terá menor arrecadação de impostos, mas que pelo menos tirará o país da crise. Hoje, os títulos colombianos são mal classificados nos mercados internacionais, o peso colombiano está atingindo recordes de desvalorização e, pela primeira vez em anos, a capacidade de pagamento e emissão da dívida do país é questionada.



Manifestante com cartaz " Se um povo protesta e marcha em meio a uma pandemia, é porque seu governo é mais perigoso que o vírus".

"Reconhecemos nosso dever de proteger o planeta para as gerações futuras", o encontro verde do G7

Líderes das sete maiores economias do mundo se reúnem e colocam meio ambiente como assunto em pauta

Iniciada no dia 11/06, a Cúpula do G7 se reuniu ao longo de três dias para **discutir**, entre outras coisas, formas de lidar com **questões sociais e ambientais**. O encontro ocorreu na Grã-Bretanha, e contou com a primeira participação do presidente americano, Joe Biden, além de aparição da Rainha Elizabeth II.

Formado por sete das maiores economias do mundo — Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido —, o **Grupo dos Sete (G7)** teve no **meio ambiente**, ao lado da pandemia, seu tema central das discussões.

Os países demonstraram estarem focados em reduzir as emissões de gases do efeito estufa pela metade até 2030 e neutralizá-las completamente até 2050. Também declararam, em documento oficial liberado ao final dos encontros, a **importância da disponibilização de recursos econômicos para a proteção** de pelo menos 30% das terras e oceanos até 2025.



Países que compõem o G7

Outro objetivo determinado foi **limitar o aumento da temperatura do globo** em 1,5°C. Segundo pesquisadores do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), agência associada à ONU, as temperaturas globais podem aumentar 3,2°C até 2030, o que causaria secas extremas, extinção de espécies de animais e plantas e ondas de calor, além do degelo do mar do Ártico, levando ao aumento dos níveis do mar.

No comunicado divulgado, os membros presentes na reunião asseguraram **“garantir um futuro mais limpo**, mais verde, mais livre, mais justo e mais seguro para nosso povo e planeta”.



O Grupo dos Sete também tem o intuito de **diminuir a poluição espacial e desenvolver um uso sustentável e seguro do espaço**. Os detritos espaciais abrangem milhares de restos de foguetes, peças de espaçonaves, sondas e satélites inativos. Com a poluição aglomerada na órbita terrestre, o brilho do céu noturno está aumentando e prejudicando observações e estudos astronômicos.

Os membros envolvidos reforçaram o **comprometimento de seus países** quanto ao Acordo de Paris. Firmado em 2015, o Acordo de Paris é um compromisso mundial que prevê a redução das emissões de gases do efeito estufa. Em 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, retirou sua assinatura do documento, mas o atual governante, Joe Biden, reverteu a situação esse ano.

Quanto ao setor de energia, afirmaram que buscam o **aumento da eficiência energética**. Para isso, prometeram acelerar a implantação de alternativas renováveis e pouco poluentes.

Em relação ao transporte mundial, o G7 demonstrou preocupação com os modelos atuais. Nesse sentido, promoverão o uso de “mobilidade sustentável e descarbonizada, e reduzir a zero a emissão por tecnologia veicular”.



A utilização do solo ficou a cargo da **COP26**, conferência sobre mudanças climáticas da ONU que acontecerá em novembro de 2021. Contudo, garantiam antecipadamente que encorajarão a **produção agropecuária sustentável**. Para eles, é essencial a proteção, conservação e regeneração dos ecossistemas globais.

Visando ao cumprimento das metas estabelecidas, grupo afirmou pretender trabalhar com o G20 (grupo composto pelas 19 principais economias mundiais, entre elas o Brasil) e outras organizações internacionais. Entretanto, os métodos para tal ainda não foram divulgados.

“2021 deve ser um ponto de inflexão para nosso planeta conforme nos comprometemos a fazer uma transição verde que corte emissões, aumente as ações mundiais de adaptação, pare e reverta a **perda de biodiversidade**, e, através policiamento e transformação tecnológica, crie novos empregos de alta qualidade e aumente a prosperidade e o bem-estar”, anunciaram os representantes das sete nações.



Emissão de gases no efeito estufa

DICAS

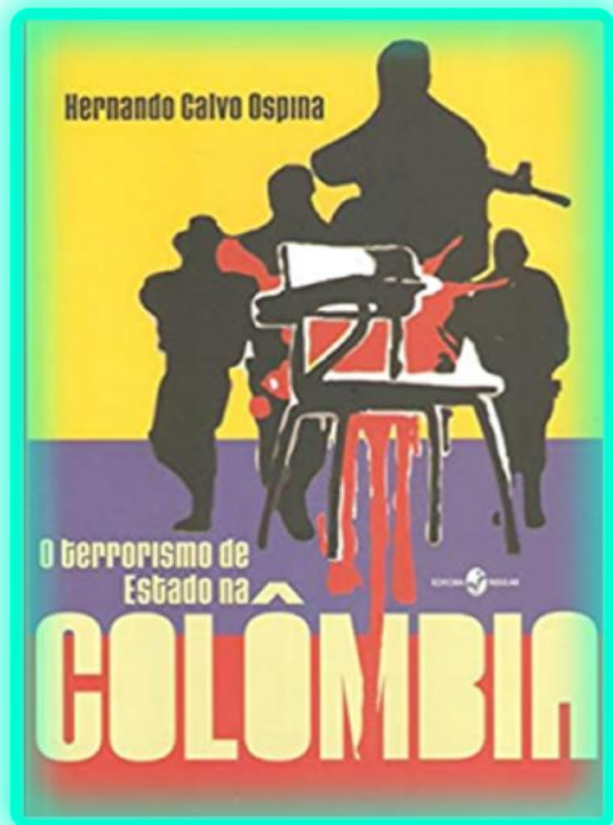
de cultura

COMO ENRIQUECER A SUA VISÃO DE MUNDO
ATRAVÉS DE VÍDEOS, LIVROS E SÉRIES!

"É o estudo mais **importante da política colombiana** realizado nas últimas décadas e constitui uma leitura indispensável, tendo em vista a glorificação dada ao presidente Álvaro Uribe por parte dos meios de comunicação e dos políticos ocidentais. O trabalho de Hernando Calvo Ospina apresenta uma grande riqueza de dados históricos e empíricos que põe em evidência a peculiar combinação que ocorre na Colômbia: por uma parte, de sua política eleitoral, característica de uma democracia capitalista ocidental; por outra parte, da liquidação permanente da sociedade civil e política, característica das ditaduras totalitárias."

James Petras

Professor da Universidade Estatal de Nova Iorque



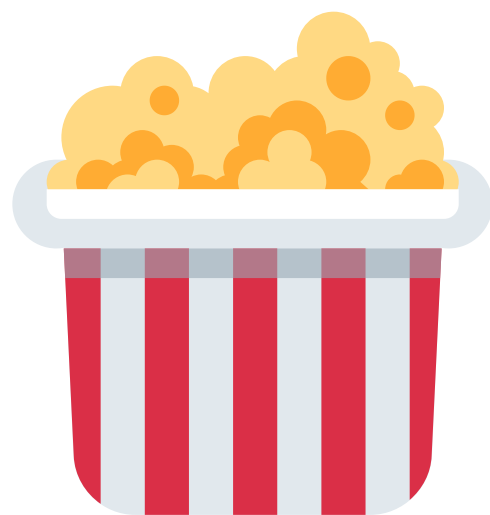
"Este livro **trata do terrorismo de Estado praticado na Colômbia contra os sindicatos**, os grupos guerrilheiros, os movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda e a população em geral; analisa os massacres dos paramilitares contra os líderes comunitários, as organizações civis e os pequenos povoados; narra a violência dos narcotraficantes contra os camponeses, os padres da teologia da libertação e os juízes independentes. Tudo isso sob o olhar complacente do Estado colombiano e do Pentágono, que não apenas toleram, mas também apóiam esse terrorismo."

Waldir José Rampinelli

Professor de História da América da UFSC

Pegue a sua pipoca.

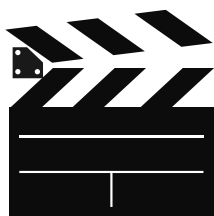
#CINEMINHAEMCASA



Como parte do projeto das Nações Européias se desculparem por seu passado colonial, a França está tomando providencia sobre sua antiga colonia Ruanda. Na década de 1990, uma matança ocorreu na colônia e a nação europeia não auxiliou em nada, o que cooperou para o desastre que ocorreu no país.

Visando esse acontecimento, recomendamos uma obra cinematografica, a qual retrata esse evento, **o filme "Hotel Ruanda"** pauta justamente o conflito entre hutus e tutsis, que quase totalizou em cerca de um milhão de mortes.

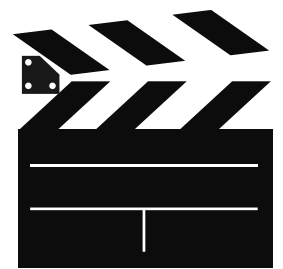
TRAILER:





Pelo fato das mudanças climáticas estarem chamando cada vez mais atenção do público, diversas produções artísticas já foram produzidas.

"**Seremos História?**", um documentário produzido em 2016 por Leonardo DiCaprio, apresenta as principais consequências das mudanças climáticas, medidas que estão sendo feitas para mudar o cenário em que nos encontramos, além de criticar duramente a negligência por parte de alguns chefes de Estado.



TRAILER



O especial “Vidas Sob o Mar de Petróleo” conta em seis episódios como as comunidades locais se organizaram para enfrentar o vazamento de petróleo que atingiu a costa brasileira em 2019. A série conta como pescadores, comunidades marisqueiras, voluntários, sociedade civil e universidades se uniram para minimizar os impactos. Foi produzida com base em diversos depoimentos de pessoas e as consequências do vazamento. A produção contou com o apoio de OMO (Unilever).

Alguns episódios:

Episódio 1 (Retrospectiva e visão geral) contextualiza o tema

Episódio 3 (Rede de pescadores) retrata como o vazamento de petróleo afetou os pescadores

Episódio 4 (Barreiras de contenção) demonstra como os mangues foram afetados pelo vazamento de óleo

Episódio 5 (Coleta e análise de amostras) apresenta alguns avanços na análise de pescados

